



POR UMA AGRICULTURA E UMA ALIMENTAÇÃO SOCIAL E SUSTENTÁVEL PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EUROPA DOS POVOS

A Europa dos povos será necessariamente construída com um meio rural vivo e um modelo de agricultura familiar, camponesa, social, viável e sustentável, ligado ao território. Os sistemas agrários europeus, as paisagens rurais e a rica cultura alimentar contribuem para a identidade dos povos da Europa.

70% da Europa é rural. 48% do território europeu são terras agrícolas, cuja utilização e manutenção da sua fertilidade são essenciais na luta contra as alterações climáticas. 179 milhões de hectares são cultivados por 10 milhões de explorações que geram 44 milhões de empregos, tanto na produção, como no setor de alimentos. Apesar das estratégias de liberalização comercial, os alimentos produzidos pelos nossos agricultores representam 70% dos alimentos frescos consumidos pelos cidadãos europeus. Todos estes dados, juntamente com o facto de a Política Agrícola Comum (PAC) representar cerca de 40% do orçamento da UE, levam os subscritores deste documento a ter uma posição forte em defesa de uma outra PAC na busca de coerência com os princípios e valores que defendemos.

Se até hoje, a PAC tem privilegiado grandes empresas e a grande propriedade agrária, frequentemente improdutiva, agora deve mudar de orientação. Se a PAC tem favorecido uma estrutura agrária profundamente masculinizada e envelhecida, agora deve mover-se firmemente para uma mudança geracional e de igualdade real entre homens e mulheres.

A nova esquerda, que quer encontrar um novo caminho na Europa, olha para as áreas rurais e para o setor agrícola com esperança e está convencida de que sua contribuição será essencial para a construção da Europa dos Povos: uma Europa sustentável, solidária e apoiada numa economia de escala humana. As nossas formações políticas defendem as bandeiras de "Um mundo rural vivo e soberania alimentar" e, em coerência com estas bandeiras, apoiam as organizações, redes e plataformas que constroem Europa a partir desses pressupostos. Consideramos que a Política Agrícola Comum, como política pública, deve procurar realizar os objetivos que sejam do interesse público comum. Só assim fortalecerá a sua legitimidade social, a qual constituirá a melhor garantia do seu futuro.

O debate sobre a proposta de regulamento apresentado pela Comissão em 1 de junho de 2018 está aberto. A proposta que temos sobre a mesa levanta a possibilidade de uma reforma que englobe quer os objetivos quer o modelo de governança, mas só irá na direção certa se conseguirmos que o debate se faça em torno do modelo de produção de alimentos que defendemos.



Estamos convencidos de que as nossas propostas estão imbricadas com o sentido partilhado da cidadania. Os povos da Europa estão dispostos a apoiar o tecido produtivo dos nossos territórios rurais, desde que seja sustentado na exploração agrícola familiar e num setor agroalimentar que garantam um ambiente rural vivo e dinâmico, a criação de emprego, a oferta de alimentos saudáveis e de qualidade, a restauração dos ecossistemas, a proteção do meio ambiente e a luta contra as alterações climáticas. O compromisso com esse modelo produtivo deve ser clarificado em toda a regulamentação e em cada uma das medidas e ações contempladas.

Juntamente com o objetivo anterior, a futura Política Agrícola Comum para o período de 2021 a 2027 deverá reforçar a sua política de desenvolvimento rural. É necessário aprofundar metodologias que permitam uma participação real e um equilíbrio territorial que integre os critérios de justiça social e ambiental. É necessário fortalecer a perspetiva do desenvolvimento local endógeno e incorporar estratégias e instrumentos capazes de enfrentar o declínio demográfico. Precisamos de políticas de desenvolvimento rural mais articuladas e integradas com as restantes políticas de coesão e que respondam aos principais desafios atuais do mundo rural.

Ao mesmo tempo, a nova PAC terá que dar passos firmes para a transição ecológica do modelo de produção, transformação e distribuição de alimentos. Sempre em coerência com os objetivos de sustentabilidade e combate às mudanças climáticas. A agroecologia é o modelo de futuro que configura este processo de transição, e a PAC deve incentivar e agir de forma positiva para a sua implementação e generalização a médio prazo, com objetivos ambientais e indicadores claros e eficazes. A PAC deve também afirmar a necessidade do respeito pelo bem-estar animal.

A vida dos agricultores/as está duramente condicionada pelos mercados. Os preços agrícolas devem remunerar o trabalho e os bens que a agricultura fornece à sociedade. Por essa razão, consideramos essencial uma releitura do princípio da preferência da comunidade e o desenvolvimento do princípio de que a agricultura é uma exceção do direito da concorrência. Consideramos essencial reforçar as medidas de regulação do mercado, que tradicionalmente fazem parte do Regulamento da Organização Comum de Mercado, integrando propostas de transparência e justiça na cadeia alimentar, com mecanismos eficazes para garantir preços remuneradores e estáveis. Será necessário definir instrumentos que permitam atuar de maneira efetiva perante as crises de preços. No entanto, rejeitamos a possibilidade de utilizar o seguro agrícola como instrumento de garantia de rendimento e preços. A proteção adequada do nosso modelo de produção contra importações a preços baixos ou de países onde as regras europeias sobre questões sociais e ecológicas não são aplicadas deve ser essencial para as relações comerciais da Europa.

A nova PAC estará sujeita ao escrutínio dos 400 milhões de consumidoras e consumidores europeus que têm direito a uma dieta saudável e de qualidade.

Portanto, a nova PAC também deve ser uma Política Alimentar. O fortalecimento do direito dos cidadãos a uma alimentação saudável, segura e de qualidade, acessível a todos e no quadro do cumprimento do direito humano à alimentação adequada, deve ser um elemento-chave desta política. Em coerência com estes objetivos, a interdição dos pesticidas tóxicos para a saúde humana, como o glifosato, é uma necessidade. Deve-se considerar também a elaboração de planos territoriais de alimentação democraticamente preparados, a luta contra o desperdício de alimentos e a evolução para modos de consumo ecologicamente mais sustentáveis.

Uma PAC com objetivos ambiciosos requer um orçamento suficiente. Por este motivo, opomo-nos à redução orçamental proposta nos documentos iniciais da Comissão Europeia e propomos aos nossos governos e à União Europeia que tenham em consideração a natureza estratégica desta política.

O princípio da subsidiariedade é *a priori* positivo. A proximidade na definição e aplicação de políticas públicas permite maior eficiência. Neste sentido, consideramos que a proposta de gerir a PAC a partir de "Planos Estratégicos" pode ser uma oportunidade, mas, no entanto, contém riscos importantes que identificamos: renacionalização da PAC, geração de desigualdades e assimetrias entre os agricultores dos países ricos e dos que têm menos recursos na Europa, a possibilidade de rutura do mercado interno e, finalmente, o risco de fragilização da agricultura nos Estados e regiões que apontam para uma produção de pequena e média escala e para uma verdadeira transição ecológica da agricultura, devido à competição com outras produções de baixo custo, originárias de países que promovem uma agricultura produtivista e onde o *dumping* social ou ecológico é praticado.

Para evitar estes riscos, é essencial uma maior clareza do Regulamento dos Planos Estratégicos, deixando menos margem para a interpretação de questões essenciais. Por fim, será necessário corrigir e simplificar o mecanismo de elaboração - gestão e acompanhamento dos Planos Estratégicos, a fim de evitar a burocratização do sistema que sufocaria o que a proposta tem de oportunidade. A implementação da PAC, através de Planos Estratégicos, requer a criação de espaços de participação, articulação, intercâmbio e aprendizagem entre os vários atores afetados pela PAC em cada país, podendo ser uma oportunidade para fortalecer as políticas nacionais relacionadas ao setor.

Finalmente, posicionamo-nos sobre algumas das questões essenciais que as propostas dos Regulamentos levantam.

- Consideramos necessário que os regulamentos definam claramente a figura do agricultor profissional, ou "agricultor genuíno", para que o cumprimento pelos Estados seja obrigatório. Consideramos que essa definição pode ser compatível com as centenas de milhares de pessoas que desenvolvem atividades agrícolas em tempo

parcial, obtendo daí rendimentos e mantendo atividades em áreas rurais.

- Recusamo-nos a continuar com o esquema de pagamentos associados à superfície, o que acaba por favorecer as grandes explorações e a concentração de terras. Este esquema tem excluído sectores importantíssimos na agricultura mediterrânica e tem convertido os direitos da PAC em mais um património.

- Somos a favor da fixação de um limite máximo das ajudas em 60.000 euros por ativo familiar, excluindo os custos salariais e sociais do emprego, estabelecendo um limite para que a PAC deixe de favorecer grandes empresas baseadas na utilização massiva de mão de obra assalariada.

- Se o sistema de ajuda por hectare eventualmente se mantiver, somos a favor de ajudas redistributivas para os primeiros hectares como forma de garantir a progressividade dos apoios, sendo, todavia, necessário estabelecer a percentagem mínima do orçamento nacional a ser atribuído e a dimensão máxima de superfície beneficiária.

- Somos a favor do fortalecimento da condicionalidade ambiental, estabelecendo efetivamente objetivos e indicadores para medir o impacto. Somos também a favor dos "Ecoprogramas" reforçados, mas claramente orientados para a transição ecológica.

- Propomos um programa para a floresta mediterrânica, bem como para outros sistemas agro-silvo-pastoris existentes na Europa, como a "dehesa" espanhola ou o "montado" português, que tenha em conta as necessidades de adaptação, os serviços ecossistémicos que fornecem e a sua contribuição para a prevenção dos incêndios florestais.

- Somos a favor da ajuda adicional para jovens de pelo menos 2% do orçamento, mas acompanhada de outras ações que melhorem o funcionamento das explorações, o acesso à terra e outras medidas necessárias.

- Propomos, com o mesmo esquema, uma ajuda complementar às mulheres que se incorporem no sector, com uma dotação de pelo menos 2% do orçamento.

- Somos a favor do aumento até 15% da dotação para pagamentos associados, mas justificando adequadamente a relevância dos apoios. Neste sentido, consideramos essenciais os apoios à pecuária extensiva, às plantações e pastagens de leguminosas que contribuam para a transição ecológica da agricultura, mas, no entanto, opomo-nos à inclusão de culturas para a produção de agrocombustíveis.

- Consideramos que é essencial aumentar a dotação para as medidas de regulação do mercado dos atuais 4,2% para 10% no âmbito do que seria um terceiro pilar, desenvolvendo de forma ambiciosa cada uma das medidas.



- Somos a favor de um maior equilíbrio orçamental entre o 1º Pilar e o 2º Pilar do Desenvolvimento Rural, sendo absolutamente necessário incluir medidas específicas para democratizar o acesso à terra.

Estamos convictos de que uma PAC coerente e ambiciosa com os objetivos ambientais e sociais constituirá um contributo essencial para a construção da Europa dos povos que queremos.

27 de novembro de 2018